



O BARROCO MINEIRO: EDIFICAÇÕES RELIGIOSAS

Moacir Almeida de Oliveira¹

Resumo

O presente artigo apresenta um breve panorama do contexto sociocultural durante o período colonial no Brasil. A análise está centrada, em linhas gerais, nas edificações religiosas de Minas Gerais e naqueles que participaram com seu trabalho nas Igrejas do Barroco Mineiro (BOSCHI, 1988). A principal problemática está em colocar em evidência a não participação da população no reconhecimento das edificações religiosas como patrimônio. E também, não menos importantes, as questões voltadas ao Patrimônio, embasadas em Maria Beatriz Pinheiro Machado e Katani Maria Nascimento Monteiro (2010), das edificações religiosas.

Palavras-Chave: Barroco Mineiro no Brasil Colônia. Edificações religiosas. Patrimônio Cultural.

1. Minas Gerais: uma breve história

O Barroco Mineiro tem ampla relação com o desenvolvimento do Brasil caracterizando o ciclo do ouro, além de responsável por passagens que se destaca em nossa história, por exemplo, a Inconfidência Mineira.

Alguns anos depois da ocupação das terras brasileiras, os portugueses ainda cultivavam novas maneiras de exploração e enriquecimento em território brasileiro. A exploração do sertão (ou interior) do Brasil teve como objetivo capturar indígenas para o trabalho escravo, mas no século XVIII isso perdeu a importância. No final do século XVII uma expedição de bandeirantes² partiu de São Vicente-SP e foi dirigida por Fernão Dias que seguiu em direção a região onde hoje é o estado de Minas Gerais.

Essa expedição acabou não encontrando ouro e nem pedras preciosas, entretanto, criou novas rotas para exploração do sertão e alguns anos após, alguns integrantes dessa expedição encontraram ouro nessa região, dando início ao chamado período Ciclo do Ouro no Brasil.

No tocante ao desenvolvimento de Minas Gerais estão os homens criativos, por exemplo, artistas, artesões e artífices. Estes, por sua vez, se destacavam “no interior do corpo social: se não chegavam a atingir a condição de ‘homens de qualidade’, pelo menos

¹ Graduado em História pela FAPA – Faculdade Porto-Alegrense. Email: prof.moaciroliveira@gmail.com. Blog: <http://www.passadoxpresente.blogspot.com.br>.

² Os bandeirantes eram responsáveis pela procura de pedras preciosas e metais no interior do Brasil. Também foram responsáveis pela expansão do território brasileiro.

não foram marginalizados socialmente.” (BOSCHI, 1988, p. 14.). Uma característica destes homens era de serem livres e assim poderiam vender seu trabalho. Além de livres eram autônomos e, exceto os pintores, dedicavam-se a outras áreas, mas voltadas ao campo artístico. (BOSCHI, 1988, p. 14.).

Há que se considerar ainda que a análise da hierarquização e da estratificação social em Minas não se faz tendo como referência a riqueza e a capacidade dos indivíduos, mas sim, à luz da estima e da distinção que aquela sociedade conferia às pessoas e às atividades por elas envolvidas. (BOSCHI, 1988, p. 14.).

A região de Minas Gerais oferecia as condições necessárias para o trabalho de marceneiros e carpinteiros, que formavam o maior grupo de artistas. Seus trabalhos em madeiras se destacavam nas construções dos templos religiosos e elementos que compõe o seu interior. Nas primeiras edificações religiosas se apresenta o papel do arquiteto, mesmo assim não são muitos em território mineiro. Já os engenheiros estavam voltados mais “às



necessidades dos aparelhos burocráticos, militar e repressivo”. (BOSCHI, 1988, p. 14.).

Figura 1: Cidade de Tiradentes, matriz de Santo Antonio construída em 1710. Fonte: <<http://www.revistadobotafogo.com.br/Tiradentes%20apresenta%E7%E3o.htm>>. Acessado em: 02 out. 2013.

Não se pode esquecer outra profissão fundamental para a construção das igrejas: pedreiros.

Pedreiro, segundo um dicionário da época, era o ‘oficial que trabalha em obra de pedra e cal, em obras de alvenaria ou cantaria’. Quase 400 desses oficiais trabalharam em Minas Gerais, apenas no século XVIII. [...] foram eles responsáveis tanto e tão expressivas construções religiosas. (BOSCHI, 1988, p. 20.).

Dadas algumas profissões e seus posicionamentos nas sociedades, não destacaremos obras específicas, mas discorreremos um pouco sobre aqueles que tiveram papel fundamental para o patrimônio cultural do Brasil. É sobre aqueles que construíram igrejas que discorreremos no período de barroco em Minas Gerais, que segundo Boschi é a “primeira grande cristalização artística de uma autêntica cultura brasileira” (BOSCHI, 1988,

p. 07.), e Mello complementa ao dizer que “todas as obras religiosas mineiras foram construídas pelo próprio povo” (MELLO, 1983, p. 107.), ou seja, a relação entre a edificação religiosa mineira como patrimônio cultural para a população brasileira.

2. Patrimônio Cultural

Cada edificação construída por estes profissionais não havia sido projetada para uma análise futura sobre sua cultura. Segundo Pesez (2005, p. 243) por muito tempo “as eras pré-históricas definiam-se excepcionalmente por seus instrumentos de pedras, depois de bronze e de ferro.” Pouco ainda se sabe sobre o modo de vida destes “pré-históricos”, pois as informações obtidas são por meio da arqueologia. Toda construção está ligada ao seu tempo e à sociedade em que está inserida. Entretanto, com o passar do tempo a sobrevivência das edificações adquirem valor cultural e histórico como aborda Rocha:

Se um prédio sobrevive a vários ciclos, ele passa também a ter um valor de permanência e unicidade, mesmo que não apresente ornamentação ou sofisticação arquitetônica. O fato de ser um sobrevivente já faz dele um bem de valor documental, tanto mais valioso quanto longínqua sua origem no passado ou mais rara sua ocorrência. (ROCHA, 2002. p. 231.).

Em seu desenvolvimento histórico, Minas Gerais configurou-se a partir da busca pelo ouro. Porém, os que lá estavam, em sua maioria, eram negros e pela falta de mulheres brancas ocorreu o crescimento de mulatos.



Figura 2: Igreja Nossa Senhora do Rosário – Ouro Preto.
Em 1785 foi concluída pela Irmandade do Rosário dos Pretos.

Minas Gerais foi terra de exploração. Não houve grandes investimentos para o desenvolvimento intelectual, o que levou a participação do povo, da miscigenação brasileira, ou seja, daqueles que colocavam à disposição sua mão-de-obra. Neste ponto as ordens religiosas se aproveitaram desta disponibilidade, pois havia concorrência entre elas e a maneira de apresentar suas grandezas foi através da arquitetura das capelas.

Para mostrar um aparente fervor religioso, o indivíduo não media recursos. A sua vaidade e o exibicionismo de sua generosidade faziam dele um contribuinte permanente das receitas financeiras das irmandades. Com isso, parece não ter havido limite para as encomendas de construção, pintura e esculturas, [...] furto da própria evolução social, criavam-se novos tipos dessas associações, como as ordens terceiras, a partir da década de 40. (BOSCHI, 1988, p. 36.).

Conforme Boschi, a prestação de serviço está ligada a religiosidade e com isso o investimento das ordens religiosas para seu *status*. A expressividade barroca no Brasil, em especial no estado de Minas Gerais, ganhou visibilidade como bem a ser preservado à memória da cultura artística/arquitetônica do Brasil Colônia ao ser resgatada por Mário Andrade em 1924. Na obra de Caio Boschi *O Barroco Mineiro: Artes e Trabalho* é apresentado o envolvimento dos profissionais na edificação das igrejas, esculturas e outros bens. Em todo trabalho prestado os artistas, pedreiros e outros eram contratados. Boschi não aborda, mas podemos supor que se não houvesse contrato os trabalhadores não fariam nada para preservar aquilo que outrora construíram.

A herança da arte e da cultura barroca, fundamentalmente baiana e mineira, foi o mote principal dos tombamentos; as obras religiosas também representaram um filão muito importante. O barroco representa a autêntica arte brasileira. Cidades, casas e igrejas coloniais e barrocas foram consideradas signos de um Brasil original e esquecido, um exemplo de originalidade cultural. (GIOVANAZ, 2002. p. 214).



Figura 3: Igreja matriz de Perdões – MG - Construída em 1870, em um estilo barroco, ainda preserva alguns móveis e imagens que datam do século XIX.

Fonte:

<http://www.perdoes.mg.gov.br/?pg=pontos_turisticos&codigo=1>
Acessado em: 02 out. 2013.

Nesta perspectiva de preservação das edificações históricas no Brasil, o brasileiro tem dificuldade de perceber que o bem material é seu, faz parte da sua história cultural. Garbinato (2000. p.43) diz que “a igreja é a casa de Deus – e por isso merece respeito”, e em um país dito cristão e pela sua lógica que diz “todos são filhos de Deus” então a igreja é de todos, é patrimônio a ser preservado.

A patrimonialização de um bem é um ato político por excelência. Significa que elegemos algo para representar-nos em detrimento de outras possibilidades. Todos os bens patrimonializados contribuem para a formação de *identidades* de grupos e categorias sociais. (MACHADO e MONTEIRO, 2010, p. 26).

Esta distância entre a população e o bem, aproxima a elite de seus interesses nas discussões do que deve ser preservado que “como ilustração, temos os exemplos do Ciclo do Ouro e Barroco Mineiro, o patrimônio edificado com a presença do Estado e das elites nacionais”. (GARBINATTO, 2000. p. 45).

A distância entre as autoridades e o povo é a mesma daquela entre a sociedade civil e o passado, devido à falta de informação, ainda que os habitantes das cidades coloniais dependam do turismo para sua própria sobrevivência. Quem são os maiores inimigos da preservação dessas cidades coloniais? Em primeiro lugar, a própria administração municipal, não afetada pelos problemas sociais e ignorante das questões culturais em geral mas, às vezes, os moradores também, inconscientes da importância dos monumentos, contribuem para a deformação do quadro urbano. Novas janelas, antenas parabólicas, garagens, telhados e casas inteiras bastam para transformar uma cidade colonial em uma cidade moderna, uma mera sombra de uma antiga cidade colonial, como é o caso de tantas delas. (GARBINATTO, 2000. p. 45).

As edificações religiosas construídas pelo povo e para o povo é, pois, sem dúvida alguma de grande valor histórico-cultural para nossa sociedade. Sem escola artística e com a rica diversidade cultural entre índio, branco e negro gerou o que chamamos de *patrimônio popular*.

3. Preservação: pela população e para população

Percebemos que ainda há muito para ser pesquisado sobre as edificações religiosas do barroco mineiro e sobre os que foram pivôs destas obras de arte. Entretanto, a distância que há entre a população e sua história e seu passado é muito grande. Não muito diferente ocorre com as igrejas de Minas Gerais, que foram construídas no período da colônia com características barroca. De Ouro Preto temos algumas informações:

As igrejas são muitas, uma perto da outra, às vezes não mais de 100 metros de distância, porque havia rivalidades entre as irmandades, por exemplo: os pretos não podiam estar junto aos brancos e vice-versa. Então as irmandades porfiavam em construir sua Igreja independente, grandiosa, cheia de ouro e prata, principalmente nas imagens e nos altares, sempre no seu estilo barroco, em alto relevo e belíssimas obras de arte. (ALVES, 1987. p, 34.).



Figura 4: Igreja matriz de Congonhas (MG).
Fonte: <<http://www.sempretops.com/viagens/cidades-historicas-de-mg/>>. Acessado em: 02 out. 2013.

No caso de Minas Gerais a participação do povo na construção artística foi significativa no que diz respeito à pluralidade cultural, porém quem trouxe à luz estes elementos, infelizmente, não foram os que compunham a sociedade mineira. No Brasil sempre se destaca o que é interesse da elite e estes, geralmente, sem consultar a população definem o que deve ser preservado e o que não deve.

O envolvimento da população local na própria gestão dos bens culturais constitui, assim, aspecto essencial para que o turismo seja não apenas fonte de recursos econômicos, como de satisfação cultural para a própria população local. (FUNARI, 2004).

Outra questão histórica que vemos é a marginalização dos índios, negros e pobres, mas através do entrelaçamento cultural, Minas Gerais se caracterizou pelo seu estilo artístico. Porém, devido essa marginalização, as edificações religiosas (e outras) são consideradas de responsabilidade da Igreja e do Estado. Enquanto houver o pensamento de que “isso não é meu” a elite continuará definindo o que melhor lhe agrade.

Referências

- ALVES, Gregório de Protásio. O Aleijadinho e o Alferes Tiradentes. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1987.
- BOSCHI, Caio C. O Barroco Mineiro: Artes e Trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FUNARI, P. P. A. . Lazer, patrimônio e turismo: algumas considerações. Patrimônio. Lazer & Turismo (UNISANTOS), Campinas, v. 2, n. novembro, 2004.
- GARBINATTO, Valeska. Ensino de história e patrimônio histórico: pontes para a construção da memória e cidadania. CIÊNCIAS E LETRAS, Educação e Patrimônio Histórico-Cultural, n.º27, jan. / jun. Porto Alegre, 2000.
- MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. Patrimônio, identidade e cidadania: reflexões sobre Educação Patrimonial. BARROSO, Vera Lucia Maciel, et al.. (Org.). Ensino de História: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010.
- MELLO, Suzy de. Barroco. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 5º ed.
- ROCHA, Luiz Antônio. Intervenção e Re-utilização: o uso possível e o impacto das decisões. CIÊNCIAS E LETRAS, Patrimônio e Educação, n.º31, jan. / jun. Porto Alegre, 2002.